



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
JUIZ SUSBTITUTO DE CARREIRA  
CONCURSO PÚBLICO – TJ-AM

**PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA (P2)**

**Direito do Consumidor**

#### ENUNCIADO DA QUESTÃO 05

Uma revendedora de veículos ingressa com ação indenizatória por danos materiais derivados de defeito em suas linhas telefônicas, tornando inócuo o investimento em anúncios publicitários, dada a impossibilidade de atender ligações de potenciais clientes. Fundamenta suas alegações no Código de Defesa do Consumidor. Em contestação, a empresa de telefonia sustenta que a contratação do serviço de telefonia não caracteriza relação de consumo tutelável pelo CDC, pois o referido serviço compõe a cadeia produtiva da empresa, sendo essencial à consecução do seu negócio.

**A partir do caso apresentado, com base na teoria finalista nas relações de consumo, examine as alegações da ré, esclarecendo se devem ser acolhidas.**

*(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).*

#### GABARITO DA QUESTÃO 05

Segundo a Teoria Finalista, coloca-se excluído da proteção do CDC o consumidor intermediário (aquele cujo produto retorna para as cadeias de produção e distribuição, compondo o custo de um novo bem ou serviço); a jurisprudência do STJ tem evoluído para uma aplicação temperada da teoria finalista frente às pessoas jurídicas, num processo que a doutrina vem denominando finalismo aprofundado ou mitigado, consistente em se admitir que, em determinadas hipóteses, a pessoa jurídica adquirente de um produto ou serviço pode ser equiparada à condição de consumidora, por apresentar frente ao fornecedor alguma vulnerabilidade, que constitui o princípio-motor da política nacional das relações de consumo, que legitima toda a proteção conferida ao consumidor; numa relação interempresarial, além das hipóteses de vulnerabilidade, a relação de dependência de uma das partes frente à outra pode também caracterizar uma vulnerabilidade legitimadora da aplicação da Lei nº 8.078/90; e alegações da ré que não devem ser acolhidas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

JUIZ SUSBTITUTO DE CARREIRA

CONCURSO PÚBLICO – TJ-AM

**PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA (P2)**

**Direito do Consumidor**

**ENUNCIADO DA QUESTÃO 06**

Em 16.01.2000, Felipe propôs ação de repetição de indébito em face do Banco ABCD pleiteando a devolução, em dobro, de valores cobrados pelo réu há mais de 30 anos, em razão de empréstimo jamais contratado. Em contestação, a banco argumenta que a pretensão autoral está fulminada pela prescrição.

**Responda, de forma fundamentada, qual o prazo prescricional aplicável ao presente caso.**

*(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).*

**GABARITO DA QUESTÃO 06**

Não se configura a pretensão de reparação de danos causados por fato do produto ou do serviço; a discussão se refere à cobrança de valores indevidos por parte do fornecedor, o que não se insere no âmbito de aplicação da mencionada regra específica na legislação consumerista; devem ser aplicadas as normas relativas à prescrição previstas no Código Civil; e questão antecede a vigência do Código Civil de 2002, devendo ser aplicado o prazo prescricional previsto no Código Civil de 1916 (*tempus regit actum*).